

Morada
Participações Ltda.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
referente ao exercício findo
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

À Diretoria e aos Cotistas
Morada Participações Ltda.
Araraquara - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Morada Participações Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Morada Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

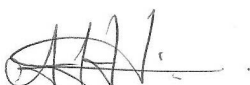
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 01 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/F



Alexandre Toledo

Contador CRC 1SP253581/O-8

Morada Participações Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	-	21.956	63.847	Fornecedores	18	-	-	31.747	16.761
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	10.250	1.001	Contas a pagar de aquisição de investimento	2.1	-	-	3.803	3.920
Contas a receber de clientes	11	-	-	39.868	30.391	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	86.064	66.328
Estoques		-	-	1.721	627	Arrendamentos a pagar	15	-	-	8.991	10.421
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21	-	-	1.040	17	Salários e encargos a pagar		-	-	8.526	7.434
Impostos a recuperar	13	-	-	8.989	4.826	Tributos a recolher		-	-	3.786	3.365
Ativos disponíveis para venda		-	-	3.024	304	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	251
Outros ativos		-	-	4.867	1.807	Adiantamento de clientes		-	-	2.582	2.418
Contas a receber pela alienação de investimento	12	-	-	-	20.005	Lucros a distribuir	14	-	-	2.270	3.697
						Outros passivos		1	1	6.087	4.036
Total do ativo circulante		-	-	91.715	122.825	Total do passivo circulante		1	1	153.856	118.631
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Contas a receber de clientes	11	-	-	169	189	Fornecedores	18	-	-	-	1.210
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21	-	-	132	819	Contas a pagar de aquisição de investimento	2.1	-	-	5.834	8.960
Impostos a recuperar	13	-	-	21.750	2.382	Empréstimos e financiamentos	19	-	-	126.394	87.193
Depósitos judiciais		-	-	6.781	2.816	Arrendamentos a pagar	15	-	-	11.748	15.103
Partes relacionadas		-	-	-	1.472	Tributos a recolher		-	-	3.732	5.814
						Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	20	-	-	7.228	8.003
Total do realizável a longo prazo		-	-	28.832	7.678	Passivo fiscal diferido	21	-	-	7.574	7.371
						Outros passivos		-	-	674	619
Não circulante						Total do passivo não circulante		-	-	163.184	134.273
Investimentos	14	13.669	26.301	78	78	Patrimônio líquido	22	2.695	2.695	2.695	2.695
Direito de uso	15	-	-	18.814	23.347	Capital social		1.558	1.838	1.558	1.838
Imobilizado	16	-	-	172.477	106.343	Ajuste de avaliação patrimonial		9.415	21.767	9.415	21.767
Intangível	17	-	-	18.792	18.933	Reserva de lucros					
Total do ativo não circulante		13.669	26.301	210.161	156.379	Patrimônio líquido atribuído aos controladores		13.668	26.300	13.668	26.300
						Total do passivo e patrimônio líquido		13.669	26.301	330.708	279.204
Total do ativo		13.669	26.301	330.708	279.204						

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Morada Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita de prestação de serviços e venda de ativos	25	-	-	306.574	215.098
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	26	-	-	(259.459)	(176.778)
Lucro bruto		-	-	47.115	38.320
			-		
Despesas gerais e administrativas	26	-	-	(40.034)	(30.186)
Resultado da equivalência patrimonial	14	9.339	159	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	-	-	14.603	(599)
		9.339	159	(25.431)	(30.785)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		9.339	159	21.684	7.535
Receitas financeiras	27	-	-	10.867	3.455
Despesas financeiras	27	-	-	(17.804)	(10.794)
		-	-	(6.937)	(7.339)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		9.339	159	14.747	196
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	21	-	-	(5.205)	(4.367)
Diferido	21	-	-	(203)	4.330
					-
Resultado do exercício		9.339	159	9.339	159

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Morada Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Resultado do exercício	9.339	159	9.339	159
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.339</u>	<u>159</u>	<u>9.339</u>	<u>159</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Morada Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.695	1.975	20.289	-	24.959	24.959
Realização do custo atribuído reflexo de controladas	-	(137)	137	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	159	159	159
Lucros distribuídos	-	-	1.182	-	1.182	1.182
Reservas de lucros	-	-	159	(159)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.695	1.838	21.767	-	26.300	26.300
Realização do custo atribuído reflexo de controladas	-	(280)	280	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	9.339	9.339	9.339
Lucros distribuídos	-	-	(21.971)	-	(21.971)	(21.971)
Reservas de lucros	-	-	9.339	(9.339)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.695	1.558	9.415	-	13.668	13.668

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Morada Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		9.339	159	9.339	159
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação	16	-	-	13.978	10.757
Amortização do intangível	17	-	-	557	159
Amortização do direito de uso	15.a	-	-	11.140	9.988
Juros incorridos de arrendamentos	15.b	-	-	801	532
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	203	(4.330)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	5.205	4.367
Juros e variações monetárias de empréstimos financiamentos	19	-	-	13.017	8.031
Juros sobre contas a receber por alienação de investimentos	12	-	-	(4.092)	(2.271)
Provisão para perdas de crédito esperada	11	-	-	-	11
Provisão (reversão) para riscos cíveis e trabalhistas, líquido	17	-	-	(775)	(835)
Resultado na alienação de imobilizado, intangível e direito de uso	16 e 15.a	-	-	827	1.214
Resultado de equivalência patrimonial	14	(9.339)	(159)	-	-
Impostos extemporâneos recuperados				(12.690)	(1.097)
Varição nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(5.365)	3.312
Estoques		-	-	(1.094)	120
Veículos disponíveis para venda		-	-	251	(1.286)
Impostos a recuperar		-	-	(11.177)	7.850
Outros ativos		-	-	(1.588)	(778)
Depósitos judiciais		-	-	(3.965)	266
Fornecedores		-	-	13.776	4.495
Impostos e contribuições a recolher		-	-	(1.661)	3.099
Salários e encargos a pagar		-	-	1.092	966
Adiantamentos de clientes		-	-	164	129
Outros passivos		-	-	678	(4.035)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		-	-	28.621	40.823
Pagamento de impostos de renda e contribuição social				(5.456)	(3.873)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	19			(10.949)	(7.538)
Pagamento de juros de arrendamentos mercantis	15b			(789)	(920)
Pagamento de arrendamentos mercantis	15b			(15.949)	(7.936)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) provenientes das atividades operacionais		-	-	(4.522)	20.556
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aquisição de imobilizado	16	-	-	(3.887)	(5.892)
Aquisição de imobilizado através de financiamentos	16	-	-	(75.477)	-
Aquisição de intangível	17	-	-	(416)	(340)
Recebimento pela venda do investimento - L'S Rental's	12	-	-	20.005	24.095
Aquisição de controlada - pagamento pela compra do investimento - Liran	2.1	-	-	(3.243)	(10.800)
Caixa incorporada da aquisição da Liran				-	17
Investimentos em títulos e valores mobiliários				(9.249)	(1.001)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimentos		-	-	(72.267)	6.079
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos captados no exercício	19	-	-	143.664	116.471
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	19	-	-	(86.795)	(103.058)
Pagamento de lucros a quotistas	22.b	-	-	(21.971)	(7.066)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		-	-	34.898	6.347
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		-	-	(41.891)	32.982
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		-	-	63.847	30.865
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		-	-	21.956	63.847

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Morada Participações Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, com sede social em Araraquara, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Engenheiro Camilo Dinucci, 2885, constituída como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada; seu objeto social é o investimento em outras entidades.

As demonstrações financeiras da Empresa abrangem a Empresa e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”). O Grupo está envolvido primeiramente na prestação de serviços de transporte e logística.

Segue abaixo a lista das controladas direta e indireta da Morada Participações Ltda:

Entidades da Empresa:

	Participação	
	2021	2020
Controlada		
Rodoviário Morada do Sol Ltda.	99,99%	99,99%
Controlada indireta		
Liran Transportes e Logística Ltda	99,99%	99,99%

i) Rodoviário Morada do Sol Ltda. (“Morada”) – controlada direta

A Morada é especializada em transportes e atende clientes que possuem cargas especiais, como “*commodities*” agrícolas, produtos químicos, combustíveis e gases.

ii) Liran Transportes e Logística Ltda (“Liran”) – controlada indireta

A Liran é especializada em transportes rodoviário de cargas, locação de equipamentos, depósito de produtos para terceiros e armazenagem em geral.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de abril de 2022.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Empresa e sua controlada estão apresentadas na Nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo;
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;
- as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;
- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;
- o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 8.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8(a)** – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

- **Nota explicativa 15(b)** – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro serão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 2.1.1(ii) – aquisição de controlada: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados com base provisória.

Nota explicativa 11 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 13 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Nota explicativa 16 - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação e da amortização do ativo imobilizado e do direito de uso.

Nota explicativa 20 – reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa adotou inicialmente as alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 06 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

O Grupo aplicou as alterações da Fase 2 retrospectivamente. No entanto, de acordo com as exceções permitidas nas alterações da Fase 2, o Grupo optou por não reapresentar comparativos para os períodos anteriores para refletir a aplicação dessas alterações. Uma vez que o Grupo não teve transações para as quais a taxa de referência tenha sido substituída por uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2020, não há impacto nos saldos de abertura inicial em resultado da aplicação retrospectiva.

As alterações da Fase 2 fornecem alívio prático de certos requerimentos das Normas Contábeis. Esses benefícios referem-se a modificações de instrumentos financeiros e contratos de arrendamento ou relações de hedge desencadeadas pela substituição de uma taxa de juros de referência em um contrato por uma nova taxa de referência alternativa. O Grupo não teve impacto nas suas demonstrações financeiras.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

A Empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Empresa desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Empresa retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros

A Empresa e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa e sua controlada;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa e sua controlada.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa e sua controlada consideram:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Empresa e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros da Empresa e sua controlada foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a estas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa e sua controlada nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c. Capital social

O capital social da Empresa é formado unicamente por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Empresa e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Empresa e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Empresa e sua controlada consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Empresa e sua controlada utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Quando a

Empresa e sua controlada consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa e sua controlada, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para a redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável dos ativos são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Ativos disponíveis para venda

São apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como “Veículos disponíveis para venda”. Este ativo é representado por carros em desativação para renovação da frota, os carros cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os carros estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda dos carros desativados do imobilizado; (iii) os carros são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

f. Imobilizado

- (i) **Reconhecimento e mensuração**
Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

- (ii) **Custos subsequentes**
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa e sua controlada.

- (iii) **Depreciação**
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As taxas médias anuais estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020
Máquinas e ferramentas	8%	8%
Computadores e periféricos	13%	13%
Móveis e utensílios	10%	10%
Instalações	20%	20%
Veículos para locação	33%	33%
Veículos para uso interno	10%	9%
Benfeitorias	17%	17%
Outros	10%	10%

- g. **Benefícios de curto prazo a empregados**
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa e sua controlada tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. **Receita de contrato com cliente**

Prestação de serviços

Reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços.

Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita será reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Venda de ativos utilizados na prestação de serviços

Reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos ativos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

i. **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, ajustes de desconto a valor presente dos ativos financeiros e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, as despesas com juros e atualização monetária dos financiamentos.

Os ganhos e perdas monetárias são apresentados de forma líquida.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa e sua controlada esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l. Ativos intangíveis e ágio

Ágio

Ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

-Marcas	34 anos
-Carteira de clientes	20 anos
-Acordo de não competição	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado

m. Programa de emissões **Contratos onerosos**

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido, que é determinado com base nos custos incrementais necessários para cumprir a obrigação prevista no contrato. Antes de a provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato

n. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução

ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamento de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os

pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

10. Caixa e equivalentes de caixa - Consolidado

	2021	2020
Caixa e bancos	1.028	39.392
Aplicações financeiras (i)	20.928	24.455
Total caixa e equivalente de caixa	21.956	63.847
Títulos e valores mobiliários (ii)	10.250	1.001
	32.206	64.848

- (i) As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante estão representadas por quotas de fundos de Depósito Interbancário - DI e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. Essas aplicações foram contratadas com instituições de primeira linha com índice de rendimento equivalente a 104,40 % a.a. dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI (100,00% a.a. em 2020).
- (ii) Saldo referente a investimentos efetuados em operações de opções

11. Contas a receber de clientes - Consolidado

	2021	2020
Serviços de transportes	38.971	29.501
Venda de veículos	1.077	1.090
(-) Provisão para perdas de crédito esperada	(11)	(11)
	40.037	30.580
Contas a receber no ativo circulante	(39.868)	(30.391)
Contas a receber no ativo não circulante	169	189

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Empresa e sua controlada consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período.

A movimentação nas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	(11)	(188)
Constituição da provisão para perdas de crédito esperadas com créditos	(1.189)	-
Valores baixados por recuperação judicial	-	(11)
Valores baixados como incobráveis	1.189	188
Saldo final	<u>(11)</u>	<u>(11)</u>

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer	35.903	28.963
Vencidos		
Até 30 dias	3.001	899
De 31 a 60 dias	414	437
De 61 a 90 dias	134	53
De 91 a 120 dias	280	5
De 121 a 180 dias	149	3
De 181 a 360 dias	137	120
Acima de 360 dias	30	111
Total vencidos	4.145	1.628
Total geral	<u>40.048</u>	<u>30.591</u>

12. Contas a receber por alienação de investimentos – Consolidado

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	20.005	41.829
Juros incorridos no exercício	4.092	2.271
Recebimentos no exercício	(24.097)	(24.095)
Saldo final	<u>-</u>	<u>20.005</u>

13. Impostos a recuperar - Consolidado

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	14.964	6.820
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	306	259
Contribuição Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	12.702	106
Programa de Integração Social - PIS (b)	2.767	23
	30.739	7.208
Circulante	8.989	4.826
Não circulante	21.750	2.382

a. Créditos acumulados de ICMS

Estão representados por créditos de ICMS sobre aquisição de insumos (óleo diesel) e bens para o ativo imobilizado, cuja

apropriação ocorre em 48 parcelas a partir da data de entrada do ativo nas controladas.

b. Créditos acumulados de PIS e COFINS

Estão representados por créditos constituídos por retenções efetuadas pelos clientes das entidades controladas sobre serviços prestados, bem como insumos utilizados na prestação dos serviços e aquisição de bens para o ativo imobilizado.

No ano de 2021 a controlada Rodoviário Morada do Sol Ltda. teve decisão favorável em seu processo de recuperação de créditos referente a exclusão de ICMS da base de PIS e COFINS que foi instaurado no ano de 2014 dando o direito a empresa de recuperar todo o valor tributado indevidamente desde o ano de 2009. O montante levantado pelos advogados responsáveis pelo processo foi de R\$ 7.560 em créditos e R\$ 5.129 de atualização monetária totalizando R\$ 12.689 em créditos tributários. O plano de recuperação desse valor assim que homologado pela Receita Federal segue abaixo:

2022	3.174
2023	6.348
2024	6.341

14. Investimentos

a. Informações sobre a controlada direta Rodoviário Morada do Sol Ltda.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante	93.395	111.684
Ativo não circulante	214.080	136.888
Total do ativo	<u>307.475</u>	<u>248.572</u>
Passivo circulante	139.785	102.431
Passivo não circulante	154.022	119.840
Patrimônio líquido	13.668	26.301
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>307.475</u>	<u>248.572</u>
Receita operacional líquida	237.821	185.297
Lucro líquido do exercício	9.339	159

b. Movimentação dos investimentos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Rodoviário</u>	<u>Rodoviário</u>
	<u>Morada do</u>	<u>Morada do</u>
	<u>Sol Ltda.</u>	<u>Sol Ltda.</u>
Informações sobre a investida		
Quantidade de ações possuídas	20.567	20.567
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Capital social integralizado em 31 de dezembro de	20.567	20.567
Resultado do exercício	9.339	159
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de	13.669	26.301
Movimentação do investimento		
Saldo no início do exercício	26.301	24.960
Lucros distribuídos	(21.971)	(2.372)
Resultado de equivalência patrimonial	9.339	159
Estorno de provisão de distribuição de lucros 2019	-	3.554
Saldo no final do exercício	<u>13.669</u>	<u>26.301</u>

15. Direito de uso e arrendamento a pagar - Consolidado

a. Direito de Uso

<u>Veículos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
-----------------	----------------	--------------

Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.268	-	12.268
(-) Amortização	(6.617)	(1.429)	(8.046)
(-) Contratos finalizados	(2.478)	536	(1.942)
(+) Novos contratos	16.301	4.766	21.067
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.474	3.873	23.347
(-) Amortização	(6.993)	(4.147)	(11.140)
(-) Contratos finalizados	(4.504)	(41)	(4.545)
(+) Novos contratos	11.152	-	11.152
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.129	(315)	18.814

b. Arrendamentos a pagar

Passivo arrendamento

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.781
(+) Novos contratos	21.067
(+) Juros incorridos	532
(-) Pagamentos de principal	(7.936)
(-) Pagamentos de juros	(920)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.524
(+) Novos contratos	11.152
(+) Juros incorridos	801
(-) Pagamentos de principal	(15.949)
(-) Pagamentos de juros	(789)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.739
Saldo no passivo circulante	8.991
Saldo no passivo não circulante	11.748
2023	8.701
2024	3.023
2025	24
	11.748

As taxas de juros utilizadas como base para mensuração do saldo de arrendamento a pagar estão atreladas, substancialmente, à SELIC e variam entre 1,6% a 3,47% ao ano.

16. Imobilizado - Consolidado

Custo	31.12.2020	Adições	Baixas	Reclassificação mantidos para venda	31.12.2021
Terrenos	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	1.994	119	(35)	-	2.078
Computadores e periféricos	2.784	453	(4)	-	3.233
Móveis e utensílios	806	4	(9)	-	801
Instalações	235	-	-	-	235
Veículos	149.840	81.590	(3.572)	(10.615)	217.243
Outros	3.735	1.667	(211)	-	5.190
Benfeitorias	1.658	77	-	-	1.735
	<u>161.052</u>	<u>83.910</u>	<u>(3.831)</u>	<u>(10.615)</u>	<u>230.516</u>
				Reclassificação mantidos para venda	
Depreciação	31.12.2020	Adições	Baixas	Reclassificação mantidos para venda	31.12.2021
Máquinas e ferramentas	(1.311)	(122)	13	-	(1.419)
Computadores e periféricos	(1.976)	(317)	2	-	(2.291)
Móveis e utensílios	(674)	(28)	4	-	(698)
Instalações	(187)	(25)	-	-	(212)
Veículos	(47.609)	(12.684)	2.967	7.644	(49.682)
Outros	(2.757)	(611)	49	-	(3.319)
Benfeitorias	(196)	(192)	(29)	-	(417)
	<u>(54.710)</u>	<u>(13.978)</u>	<u>3.005</u>	<u>7.644</u>	<u>(58.039)</u>
Saldo líquido	<u>106.342</u>	<u>69.933</u>	<u>(825)</u>	<u>(2.971)</u>	<u>172.477</u>

Morada Participações Ltda.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021

Custo	31.12.2019	Adições	Baixas	Reclassificação mantidos para venda	Adição por aquisição de controle	31.12.2020
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	1.352	114	-	-	528	1.994
Computadores e periféricos	2.164	425	(24)	-	219	2.784
Móveis e utensílios	651	8	-	-	147	806
Instalações	-	-	-	-	235	235
Veículos	118.867	4.620	(5.284)	528	31.109	149.840
Outros	2.550	573	(2)	614	-	3.735
Benfeitorias	1.323	152	-	-	183	1.658
	<u>126.907</u>	<u>5.892</u>	<u>(5.310)</u>	<u>1.142</u>	<u>32.421</u>	<u>161.052</u>
Depreciação	31.12.2019	Adições	Baixas	Reclassificação mantidos para venda	Adição por aquisição de controle	31.12.2020
Máquinas e ferramentas	(885)	(92)	-	-	(334)	(1.311)
Computadores e periféricos	(1.567)	(231)	24	-	(202)	(1.976)
Móveis e utensílios	(517)	(29)	-	-	(128)	(674)
Instalações	-	(10)	-	-	(177)	(187)
Veículos	(34.237)	(9.914)	4.071	1.976	(9.505)	(47.609)
Outros	(1.809)	(357)	1	(354)	(238)	(2.757)
Benfeitorias	(71)	(124)	-	-	-	(195)
	<u>(39.086)</u>	<u>(10.757)</u>	<u>4.096</u>	<u>1.622</u>	<u>(10.584)</u>	<u>(54.712)</u>
Saldo líquido	<u>87.821</u>	<u>(4.865)</u>	<u>(1.214)</u>	<u>2.764</u>	<u>21.837</u>	<u>106.343</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo imobilizado inclui R\$ 4.570 (R\$ 7.202 em 31 de dezembro de 2020), correspondentes a mais-valia proveniente de custo atribuído das controladas (substancialmente formado por veículos – caminhões e carretas), com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixa de bens.

O custo atribuído constituído, líquidos dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de reserva de lucros, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o custo atribuído, em 31 de dezembro de 2021, monta a R\$ 765 (R\$ 1.640 em 31 de dezembro de 2020), classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

O Grupo revisa a cada exercício social, as taxas e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado de forma a manter os valores contábeis líquidos compatíveis com os valores realizáveis quando do encerramento dos respectivos contratos

17. Intangível

	Ágio	Marca	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	-	-	-	-	956	956
Adição via aquisição - Nota 2	7.505	7.829	2.375	87	-	17.796
Adições no exercício	-	-	-	-	340	340
Amortizações no exercício	-	-	-	-	(159)	(159)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.505	7.829	2.375	87	1.137	18.933
Adições no exercício	-	-	-	-	416	416
Amortizações no exercício	-	(230)	(119)	(9)	(199)	(557)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.505	7.599	2.256	78	1.354	18.792

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de *softwares*, marcas e patentes e ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Todos os ativos intangíveis possuem vida útil dos ativos intangíveis definida e são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas

contábeis. A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

18. Fornecedores - Consolidado

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços e outros	12.047	11.041
Pedágios	1.035	3.735
Combustíveis	1.915	1.686
Veículos	<u>16.750</u>	<u>1.509</u>
	31.747	17.971
Saldo no passivo circulante	31.747	16.761
Saldo no passivo não circulante	-	1.210

19. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

a. Composição

	Taxa média anual	Indexador	Vencimento final	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Capital de giro	6,9%	CDI	15/12/2025	122.223	118.729
Arrendamentos mercantis (i)	6,7%	CDI	15/10/2026	12.686	16.136
CDC-Financ. Veículos	8,5%	CDI	21/10/2024	2.516	10.920
Finame	4,5%	-	15/12/2026	<u>75.033</u>	<u>7.736</u>
				212.458	153.521
Saldo no passivo circulante				<u>86.064</u>	<u>66.328</u>
Saldo no passivo não circulante				<u>126.394</u>	<u>87.193</u>

- (i) O Grupo contratou arrendamentos financeiros para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm opção de compra dos bens por valor residual definido em contrato, mas não possuem cláusulas de reajuste de preço. Os contratos são remensurados a taxa média de juros 6,7% (2020 – 5,8% a.a.) e possuem prazos de vencimento que variam de 3 a 5 anos.

b. Movimentação

	Finame	Capital de giro	Arrendamentos mercantis	CDC finan- ciamento de veículos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.475	95.225	19.388	12.420	129.508
Saldo incorporado na aquisição de controle	-	10.107	-	-	10.107
Captações	7.866	107.850	-	755	116.471
Juros provisionados - Nota 19	130	5.386	1.317	1.198	8.031
Pagamento de principal	(2.618)	(93.632)	(3.412)	(3.396)	(103.058)
Pagamento de juros	(117)	(5.451)	(1.158)	(812)	(7.538)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.736	119.485	16.135	10.165	153.521
Captações	68.845	68.187	4.426	2.206	143.664
Juros provisionados – Nota 19	2.878	8.434	1.293	412	13.017
Pagamento de principal	(3.456)	(65.826)	(8.024)	(9.489)	(86.795)
Pagamento de juros	(970)	(8.057)	(1.144)	(778)	(10.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	75.033	122.223	12.686	2.516	212.458

c. Aging saldo não circulante

Os montantes no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	45.259
2023	60.711	24.336
2024	35.908	9.296
2025	18.730	8.302
2026	11.045	-
	126.394	87.193

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados ou por aval dos sócios da Empresa e de sua controlada e não possuem cláusulas restritivas.

20. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - Consolidado

A Empresa e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

A movimentação das provisões no período findo em 31 de dezembro é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	21	7.100	7.121
Saldo incorporado na aquisição	-	1.717	1.717
Constituição de provisão	-	2.255	2.255
Baixa de provisão	-	(3.090)	(3.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21	7.982	8.003
Constituição de provisão	-	2.256	2.256
Baixa de provisão	(21)	(3.010)	(3.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	7.228	7.228

As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações por equiparação trabalhista ajuizadas por ex-funcionários e terceiros.

A Empresa e sua controlada possuem processos de natureza trabalhista e cível, em andamento, cuja natureza decorre, substancialmente, de questionamentos de horas extras cuja probabilidade de perda, com base na avaliação dos consultores jurídicos, é possível, no valor aproximado de R\$ 1.487 (R\$ 1.069 em 2020), não tendo sido constituída, dessa forma, provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigentes.

21. Imposto de renda e contribuição social - Consolidado

a. Composição de saldos

	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.107	571
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	65	248

Total a recuperar	<u>1.172</u>	<u>819</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	(181)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	(70)
Total a recolher	<u>-</u>	<u>(251)</u>

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.747	196
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota Fiscal	(5.014)	(54)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Adições/(exclusões) permanentes ao lucro tributável, líquidas	(394)	17
	<u>(5.408)</u>	<u>(37)</u>
Alíquota efetiva %	<u>36,67%</u>	<u>18,88%</u>
Imposto de renda e contribuição social total:		
Corrente	(5.205)	(4.367)
Diferido	(203)	4.330
	<u>(5.408)</u>	<u>(37)</u>

c. Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a sua controlada apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos para refletir os efeitos fiscais futuros sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme a seguir:

	Saldo em 31.12.2019	Saldo incorporado na aquisição de controle	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31.12.2020	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31.12.2021
Ativo						
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.421	-	309	2.730	(155)	2.575
Diferença entre taxas de depreciação	(6.560)	-	4.586	(1.974)	13.400	11.426
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	6.685	-	(1.064)	5.621	(1.625)	3.996
Total impostos e contribuições sociais diferidos ativos	2.546	-	3.831	6.377	11.620	17.997
Passivo						
Leasing	(3.693)	-	(3.826)	(7.519)	(3.550)	(11.069)
Alienação de investimento	(7.839)	-	4.085	(3.754)	3.754	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(549)	(2.073)	982	(1.640)	(3.942)	(5.582)
Outros	(94)	-	(741)	(835)	(8.085)	(8.920)
Total impostos e contribuições sociais diferidos passivos	(12.175)	(2.073)	500	(13.748)	(11.823)	(25.571)
Total impostos e contribuições sociais diferidos líquidos	(9.629)	(2.073)	4.331	(7.371)	(203)	(7.574)

d. Efeito no resultado do exercício:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Liran Transportes e Logística Ltda	1.071	915
Rodoviário Morada do Sol Ltda.	(1.274)	3.415
	<u>(203)</u>	<u>4.330</u>

As controladas contabilizaram os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base na perspectiva de que estes impostos serão realizados nos próximos 10 anos tendo em vista a estimativa de resultados. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes às previsões e estão demonstradas como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2022	9.499	3.720

2023	5.946	2.965
2024 e demais	2.552	1.666
	17.997	8.351

23. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021/2020, o capital social está totalmente integralizado e representado por 2.694.839 quotas de R\$ 1,00 cada, distribuídas da seguinte forma:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de quotas</u>
RMINVEST Participações Ltda.	1.347.419
BEC Participações Ltda.	673.710
MTMH Participações Ltda.	673.710
	2.694.839

b. Distribuição de lucros

Aos cotistas é assegurado o recebimento de lucros de no mínimo 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, podendo, para efeito do pagamento da remuneração devida, ser computado o valor pago ou creditado a título de juros sobre capital próprio. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos cotistas.

Nas demonstrações financeiras a distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio para os cotistas da Empresa é reconhecida como um passivo ao final do exercício e/ou no momento em que são apurados.

Abaixo estão apresentados a composição do saldo de lucros a distribuir e as respectivas movimentações:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Composição do saldo		
RMINVEST Participações Ltda.	1.135	1.849
BEC Participações Ltda.	568	924
MTMH Participações Ltda.	568	924
	2.270	3.697
Movimentação no exercício		
Saldo do início do exercício	3.697	11.945
Lucros distribuídos	21.147	-
Lucros pagos no exercício	(22.574)	(7.066)
Estorno de lucros provisionados	-	(1.182)
	2.270	3.697

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada da Empresa, Rodoviário Morada do Sol Ltda. reconheceu de forma reflexa o custo atribuído de suas controladas na data de transição para os novos CPC, 1º de janeiro de 2009, resultando no registro de um ajuste de avaliação patrimonial, líquida dos efeitos tributários. A realização da reserva por depreciação, venda ou perecimento dos bens é reconhecida mediante sua transferência da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de reserva de lucros.

23. Partes relacionadas - Consolidado

a. Controlada e controladora final

Durante o exercício de 2020, a Liran Transportes e Logística Ltda. (controlada indireta) foi adquirida pela Rodoviário Morada do Sol Ltda (controlada direta). Mesmo com essa aquisição, a Morada Participações Ltda permaneceu como controlador final do Grupo.

b. Remuneração aos Administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Empresa e sua controlada referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários e honorários da Administração, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos resultados e bônus. O montante referente à remuneração aos administradores a título de benefícios de curto prazo no exercício foi de R\$ 1.212 (R\$ 1.315 em 31 de dezembro de 2020).

24. Instrumentos financeiros - Consolidado

Gerenciamento de riscos

A Empresa e sua controlada dispõem de políticas de gestão de riscos financeiros que definem as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos principais riscos aos quais está exposta relacionados a volatilidade das taxas de juros dos passivos financeiros.

Tal política visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Empresa e de suas controladas.

Instrumentos de gestão de riscos

(i) *Classificação contábil e valores justos*

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Consolidado	Valor contábil			Valor justo	
	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2021					
Ativos financeiros mensurados:					
Caixa e equivalente de caixa - Nota 10	1.028	-	1.028	1.028	-
Aplicações financeiras - Nota 10	20.928	-	20.928	20.928	-
Títulos e valores mobiliários - Nota 10	10.250	-	10.250	-	10.250
Contas a receber de clientes - Nota 11	39.177	-	39.177	39.177	-
Outros ativos	4.867	-	4.867	4.867	-
Total	76.250	-	76.250	66.000	10.250
Passivos financeiros mensurados:					
Fornecedores - Nota 18	-	31.747	31.747	31.747	-
Contas a pagar da aquisição de investimento - Nota 2	-	9.637	9.637	9.637	-
Empréstimos e financiamentos - Nota 19	-	212.458	212.458	-	212.458
Arrendamentos operacionais - Nota 15	-	20.739	20.739	20.739	-
Outros passivos	-	6.762	6.762	6.762	-
Total	-	281.343	281.343	68.885	212.458

Consolidado	Valor contábil			Valor justo	
	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2020					
Ativos financeiros mensurados:					
Caixa e equivalente de caixa - Nota 10	40.393	-	40.393	40.393	-
Aplicações financeiras - Nota 10	23.454	-	23.454	23.454	-
Títulos e valores mobiliários - Nota 10	1.001	-	1.001	-	1.001
Contas a receber de clientes - Nota 11	30.580	-	30.580	30.580	-
Contas a receber pela alienação de investimento	20.005	-	20.005	20.005	-
Outros ativos	3.279	-	3.279	3.279	-
Total	118.712	-	118.712	117.711	1.001

Passivos financeiros mensurados:					
Fornecedores - Nota 18	-	17.791	17.791	17.791	-
Contas a pagar da aquisição de investimento - Nota 2	-	12.880	12.880	12.880	-
Empréstimos e financiamentos - Nota 19	-	153.521	153.521	-	153.521
Arrendamentos operacionais - Nota 15	-	25.524	25.524	25.524	-
Outros passivos	-	4.655	4.655	4.655	-
Total	-	214.551	214.551	61.030	153.531

(ii) Risco de taxas de juros

Os custos do endividamento são vinculados a taxas fixas e variáveis e desta forma a Empresa e sua controlada estão expostas à volatilidade das taxas de juros TJLP e CDI. A Empresa e sua controlada possuem indicadores de custo de captação, que norteiam as decisões de captação no que tange à definição dos custos. Esses indicadores são acompanhados mensalmente, com o objetivo de verificar o custo médio total do endividamento. Atualmente a Empresa e sua controlada não possuem nenhum instrumento de *hedge* para taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros (Consolidado)

Operações	31.12.2021	Taxa CDI (*)	Alta		Baixa	
			25%	50%	25%	50%
Aplicações financeiras - Nota 10	20.928	4,42%	1.156	1.388	694	463
Títulos e valores mobiliários - Nota 10	10.250	4,42%	566	680	340	227
Empréstimos e financiamentos - Nota 19	(137.425)	4,42%	(7.593)	(9.111)	(4.556)	(3.037)
Efeito líquido no resultado			(5.871)	(7.043)	(3.522)	(2.347)

Operações	31.12.2020	Taxa CDI (*)	Alta		Baixa	
			25%	50%	25%	50%
Aplicações financeiras - Nota 10	23.454	2,75%	806	967	484	322
Títulos e valores mobiliários - Nota 10	1.001	2,75%	34	41	21	14
Empréstimos e financiamentos - Nota 19	(153.521)	2,75%	(5.277)	(6.333)	(3.166)	(2.111)
Efeito líquido no resultado			(4.437)	(5.325)	(2.661)	(1.775)

(*) A taxa utilizada na tabela de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(ii) Risco de liquidez

A Empresa e sua controlada possuem acompanhamentos e projeções de fluxo de caixa, com o objetivo de monitorar e atender a todas as exigências de liquidez do Grupo. Todo excedente de caixa é depositado em contas correntes que rendem juros diariamente e/ou aplicações financeiras de liquidez imediata indexadas ao CDI.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

Morada Participações Ltda.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021

Consolidado	31.12.2021				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	1.028	1.028	-	-	-
Aplicações financeiras (Nota 10)	20.928	20.928	-	-	-
Títulos e valores mobiliários – (Nota 10)	10.250	10.250	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 11)	39.177	39.008	-	169	-
Outros ativos	4.867	4.867	-	-	-
	<u>76.250</u>	<u>76.081</u>	<u>-</u>	<u>169</u>	<u>-</u>
Passivos:					
Fornecedores (Nota 18)	(31.747)	(31.685)	(62)	-	-
Contas a pagar da aquisição de investimento (Nota 2)	(9.637)	(1.883)	(1.920)	(3.880)	(1.954)
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(212.458)	(45.126)	(40.938)	(99.613)	(26.781)
Arrendamentos operacionais (Nota 15)	(20.739)	(5.790)	(3.201)	(11.338)	(410)
Outros passivos	(6.762)	(6.088)	-	(674)	-
	<u>(281.343)</u>	<u>(90.572)</u>	<u>(46.121)</u>	<u>(115.505)</u>	<u>(29.145)</u>
Exposição líquida	<u>(205.093)</u>	<u>(14.491)</u>	<u>(46.121)</u>	<u>(115.336)</u>	<u>(29.145)</u>

Consolidado	31.12.2020				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	40.393	40.393	-	-	-
Aplicações financeiras (Nota 10)	24.454	24.454	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 11)	30.580	30.391	-	189	-
Contas a receber pela alienação de investimento	20.005	10.002	10.003	-	-
Outros ativos	3.279	1.807	-	1.472	-
	<u>118.712</u>	<u>107.048</u>	<u>10.003</u>	<u>1.661</u>	<u>-</u>
Passivos:					
Fornecedores (Nota 18)	(17.971)	(12.472)	(4.289)	(1.210)	-
Contas a pagar da aquisição de investimento (Nota 2)	(12.880)	(2.960)	(960)	(3.920)	(5.040)
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(153.521)	(37.983)	(28.345)	(69.595)	(17.598)
Arrendamentos operacionais (Nota 15)	(25.524)	(4.730)	(5.691)	(14.201)	(902)
Outros passivos	(4.655)	(4.036)	-	(619)	-
	<u>(214.551)</u>	<u>(62.181)</u>	<u>(39.285)</u>	<u>(89.545)</u>	<u>(23.540)</u>
Exposição líquida	<u>(95.839)</u>	<u>44.867</u>	<u>(29.282)</u>	<u>(87.884)</u>	<u>(23.540)</u>

(iii) Risco de mercado

As atividades operacionais da Empresa e sua controlada não apresentam riscos de mercado decorrente de oscilações de preços, taxas de juros, taxas de câmbio ou outras variáveis similares.

Instrumentos financeiros não derivativos

As controladas operam com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Consolidado	Consolidado	
	2021	2020
Valor justo por meio do resultado:		
Aplicações financeiras	20.928	23.454
Títulos e valores mobiliários	10.250	1.001
Ativos ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	1.028	40.393
Contas a receber de clientes (Nota 11)	39.177	30.580
Contas a receber de alienação de investimento	-	20.005
Outros ativos	4.867	3.279
Passivos ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 18)	31.747	17.971
Contas a pagar da aquisição de investimento (Nota 2)	9.637	12.880
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	212.458	153.521
Arrendamentos a pagar (Nota 15)	20.739	25.524
Outros passivos	6.762	4.655

Exposição a riscos de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Empresa e sua controlada caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Empresa e sua controlada de clientes.

Para a gestão do risco de crédito em relação a clientes, a Empresa e sua controlada adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

26. Receita de prestação de serviços e venda de ativos - Consolidado

	2021	2020
Serviços de transporte	341.357	236.995
Vendas de veículos	6.234	4.718
Locação de veículos	1.438	1.914
	349.029	243.627
Impostos e deduções da receita operacional bruta	(42.455)	(28.529)
Receita operacional líquida	306.574	215.098

27. Custos e despesas por natureza - Consolidado

A Empresa e sua controlada optaram por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza.

	2021	2020
Gastos com pessoal	(72.096)	(55.045)
Combustíveis, óleos lubrificantes e pneus	(91.982)	(53.920)
Serviços de terceiros	(53.917)	(38.205)
Manutenção	(23.684)	(20.167)
Depreciação e amortização	(25.575)	(18.068)
Outros custos e despesas	(20.806)	(19.647)
Custo da baixa dos ativos disponíveis para venda	(3.788)	(3.608)
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	7.559	1.097
	(284.890)	(207.563)
Classificadas como:		
Custos dos produtos e serviços vendidos	(259.459)	(176.778)
Despesas gerais e administrativas	(40.034)	(30.186)
Outras despesas operacionais, líquidas	14.603	(599)
	(284.890)	(207.563)

28. Resultado financeiro – Consolidado

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	1.453	1.115
Atualização financeira sobre crédito extemporâneo de PIS e COFINS	5.129	-
Outras receitas financeiras	4.285	2.340
Receitas financeiras	10.867	3.455
Provisão de juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos - Nota 19	(13.017)	(8.031)
Tarifas bancárias e IOF	(355)	(1.056)
Despesas com <i>leasing</i>	(2.094)	(1.307)
Despesas com atualização monetária de parcelamento de impostos	(1.188)	-
Outras despesas financeiras	(1.150)	(400)
Despesas financeiras	(17.804)	(10.794)
Resultado financeiro líquido	(6.937)	(7.339)

29. Transações não envolvendo Caixa - Consolidado

a. Informações suplementares

	Consolidado	
	2021	2020
Transferências de veículos do ativo imobilizado para veículos disponíveis para venda	2.971	2.764

30. Eventos subsequentes

No dia 27 de janeiro de 2022 a controlada Rodoviário Morada do Sol Ltda. adquiriu e assumiu o controle de 100% das ações da empresa Itaobi Transportes Ltda. pelo valor de R\$ 22.800, dos quais R\$ 7.800 foram pagos na data da compra e o restante serão parcelados nas seguintes condições:

- 36 parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 416.666,67 reajustadas anualmente até a data do efetivo pagamento pela variação do IPCA do período + 1% ao ano vencendo a primeira parcela no dia 27 de julho de 2022.

* * *

Composição da Diretoria

André Leopoldo e Silva
Diretor Geral

Felipe Augusto Pina Trench
Diretor Financeiro

Patricia Maria da Cova
Contadora